

A função da narrativa no gênero reportagem

(The function of the narrative in news report genre)

Gustavo Ximenes Cunha¹

¹ Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

ximenescunha@yahoo.com.br

Abstract: This paper proposes a study on the function of the narrative sequences in political journalism. Firstly, I define two discursive segments as narrative sequences, then I verify which discourse relation exists among those them and the immediate cotexto. The aim is to describe the functions (argumentative, counter-argumentative, etc) that these narrative sequences have within the text.

Keywords: narrative sequence; political journalism; discourse relation.

Resumo: Este artigo propõe um estudo da função das sequências narrativas no jornalismo político. Inicialmente, será proposta a definição de dois segmentos discursivos, extraídos de uma reportagem específica, como sequências narrativas. Em seguida, será verificada qual a relação de discurso que essas sequências narrativas estabelecem com seu cotexto imediato. O objetivo é descrever as funções (argumentativas, contra-argumentativas, etc.) que essas sequências narrativas exercem no interior no texto.

Palavras-chave: sequência narrativa; jornalismo político; relações de discurso.

Introdução

Neste artigo, o objetivo é descrever o processo de articulação de sequências narrativas no interior de reportagens, cuja temática é a política nacional. Mais especificamente, o artigo, adotando as concepções teórico-metodológicas do Modelo de Análise Modular (FILLIETTAZ, 2001, FILLIETTAZ; GROBET, 1999, ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007), busca ultrapassar um estudo redutor dos tipos de discurso (narrativo, descrito, deliberativo), que se contentasse apenas em identificar as sequências discursivas (narrativas, descritivas, deliberativas) de uma dada produção linguageira. Ao contrário, a finalidade aqui consiste em verificar as configurações macro-textuais em que as sequências se articulam, para descrever a natureza das relações de discurso que se estabelecem entre as sequências narrativas e as outras sequências com que fazem fronteira, explicitando, conseqüentemente, as funções que essas sequências narrativas exercem no interior no texto.

Para alcançar esse objetivo, a análise dessas configurações macro-textuais será realizada em duas etapas. Inicialmente, estuda-se a forma de organização sequencial, a fim de caracterizar como sequências narrativas dois segmentos textuais da reportagem escolhida para este estudo. Posteriormente, na segunda etapa, estuda-se a forma de organização composicional, para se identificarem as funções (argumentativas, contra-argumentativas, comentativas, etc.) que essas duas sequências narrativas exercem em relação ao seu cotexto imediato.

Forma de organização sequencial

No Modelo de Análise Modular, o estudo da forma de organização sequencial se ocupa, inicialmente, do inventário dos tipos de discurso (tipos narrativo, descritivo e deliberativo) e, em seguida, da delimitação das sequências discursivas (sequências narrativa, descritiva e deliberativa), por meio das quais os tipos se manifestam textualmente em discursos específicos.

Na busca por um instrumento de análise que seja, ao mesmo tempo, preciso e flexível com que identificar as sequências que compõem uma dada produção discursiva, o modelo modular considera que os interactantes dispõem de recursos psicológicos, com que interpretar e produzir sequências discursivas. Por esse motivo, os tipos de discurso são definidos, nessa abordagem, como operações psicológicas gerais, que se ancoram em unidades textuais de natureza monológica (FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Já as sequências discursivas constituem unidades empíricas. Nos discursos específicos, as sequências correspondem a segmentos textuais nos quais os tipos se manifestam efetivamente.

Tendo por base as noções de tipo de discurso e de sequência discursiva, a análise da forma de organização sequencial consiste, então, em delimitar as sequências discursivas que compõem uma dada produção linguageira, a partir da definição de um número restrito de tipos de discurso.

Dos tipos de discurso que participam da tipologia proposta pelo modelo modular, o tipo narrativo é talvez aquele que tem sido objeto de um maior número de estudos. Conforme a perspectiva aqui adotada, esse tipo pode ser definido com base na acoplagem da representação praxeológica de história e da macro-estrutura hierárquica de uma narrativa (ROULET, 1999). A representação praxeológica de história diz respeito a uma cadeia de acontecimentos, que compreende as fases ESTADO INICIAL – COMPLICAÇÃO – REAÇÃO – RESOLUÇÃO – ESTADO FINAL. Nessa cadeia, os acontecimentos, ainda que estejam cronologicamente ordenados, obedecem a uma lógica causal, em que acontecimentos anteriores funcionam como a causa de acontecimentos posteriores (CUNHA, 2009).

A macro-estrutura hierárquica da narrativa, por sua vez, corresponde a um esquema que descreve a hierarquia existente entre os constituintes (intervenções) da narrativa. Nesse esquema, uma intervenção (I) se compõe de uma intervenção subordinada (Is) seguida de uma intervenção principal (Ip), já que a lógica causal existente entre os acontecimentos da representação praxeológica faz com que o acontecimento anterior, verbalizado na Is, seja subsidiário em relação ao acontecimento posterior, verbalizado na Ip.

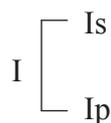


Figura 1: macro-estrutura hierárquica da narrativa

A acoplagem da representação praxeológica e da macro-estrutura hierárquica define o tipo narrativo, porque, ao produzir uma sequência narrativa específica, o produtor de um texto atualiza fases da representação praxeológica de história. Uma vez mobilizadas, essas fases se realizam textualmente em uma intervenção (I), onde uma fase (Is) é subordinada à fase seguinte (Ip),

Análise sequencial

A reportagem que será objeto de nosso estudo intitula-se “A casa do presidente” e foi retirada da revista *Veja* do dia 12/01/2005. Essa reportagem aborda a polêmica causada pelas férias que um dos filhos de Lula e os seus amigos passaram em Brasília. Embora o texto exiba uma grande quantidade de sequências narrativas, analisaremos apenas as duas que mais contribuem com o projeto de dizer do jornalista. A primeira sequência constitui a parte inicial do texto e corresponde aos atos (01-10).¹

(01) (01) Em julho do ano passado, (02) Luís Cláudio, filho do presidente Lula, e um grupo de catorze amigos paulistas passaram as férias em Brasília. (03) Hospedaram-se no Palácio da Alvorada, (04) fizeram churrasco na Granja do Torto, (05) passearam de lancha no Lago Paranoá (06) e conheceram os principais gabinetes do Palácio do Planalto. (07) O episódio veio à tona na semana passada, em fotos divulgadas na internet pelos próprios garotos, (08) e causou polêmica. (09) A oposição prometeu abrir uma investigação (10) e pedir a devolução de todo o dinheiro oficial gasto na estada brasiliense dos jovens.

Já a segunda constitui a parte final do texto e corresponde aos atos (38-43).

(02) (38) Em 1999, (39) os petistas tentaram criar uma comissão parlamentar de inquérito (40) para investigar os ministros do governo tucano que usaram jatinhos oficiais (41) para passar férias na praia. (42) Alguns foram obrigados a restituir dinheiro à União (43) e outros respondem a processo até hoje.

Caracterizar esses segmentos como sequências que manifestam o tipo narrativo implica o reconhecimento de intervenções textuais efetivas em que se ancore uma configuração específica da representação praxeológica de história, apresentada no item anterior. Dito de outra forma, a identificação dessas duas sequências precisa ser justificada pelas estruturas referenciais e textuais específicas de cada uma delas.

A sequência narrativa que compreende os atos (01-10) se caracteriza pela seguinte estrutura praxeológica:

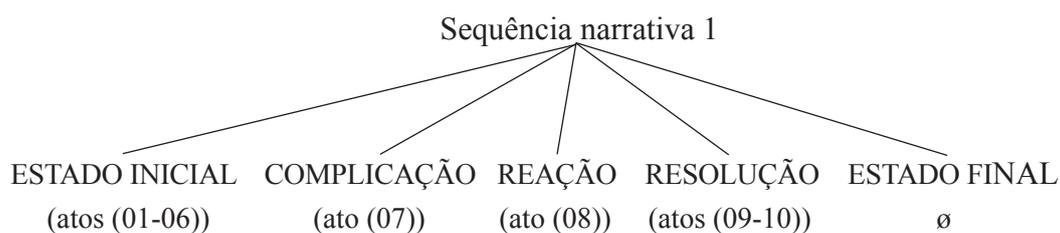


Figura 2: estrutura praxeológica da sequência 1

Essa estrutura praxeológica emergente é bastante semelhante à representação praxeológica de história do tipo narrativo, uma vez que apenas o ESTADO FINAL não foi atualizado na estrutura acima. Inicialmente, nessa sequência, apresenta-se o lugar onde transcorre a ação, bem como os agentes nela envolvidos (ESTADO INICIAL): um dos filhos do presidente e seus amigos passaram as férias em Brasília e passearam por residências e lugares oficiais. Em seguida, essa fase inicial dá origem à COMPLICAÇÃO,

¹ No modelo modular, o ato constitui a unidade mínima de análise.

em que se diz que “o episódio veio à tona”. Com a expressão “o episódio”, o autor sumariza² toda a informação ativada no ESTADO INICIAL, para dizer que a estadia do filho de Lula e de seus amigos se tornou conhecida na semana que antecedeu a publicação da reportagem. O conhecimento desse fato causou polêmica (REAÇÃO). Nessa sequência narrativa, a REAÇÃO constitui uma espécie de “ponte” entre a COMPLICAÇÃO (ato (07)) e a RESOLUÇÃO (atos (09-10)). Isso porque a divulgação do episódio envolvendo o filho de Lula (COMPLICAÇÃO) deu origem a uma polêmica (REAÇÃO). Mas que polêmica foi essa? Essa informação é dada na RESOLUÇÃO e diz respeito à atitude indignada da oposição.

Essa sequência não possui ESTADO FINAL, uma vez que o autor não informa qual o resultado dessa atitude da oposição. Em outros termos, ele informa que a oposição prometeu tomar atitudes, mas não informa se essas atitudes foram tomadas, deixando em aberto o desfecho da história. A ausência de ESTADO FINAL é representada na estrutura pelo símbolo (\emptyset).

As fases dessa estrutura praxeológica se ancoram nos constituintes da macro-estrutura hierárquica a seguir:

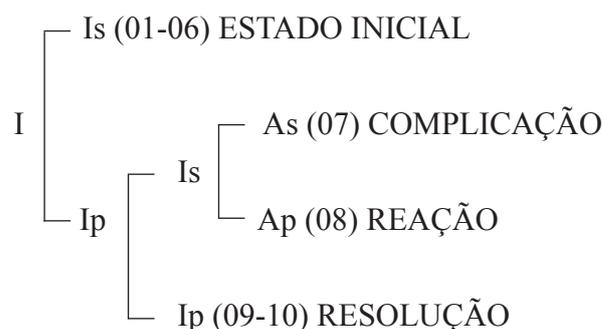


Figura 3: estrutura hierárquica da sequência 1

Nessa macro-estrutura, cada fase da estrutura praxeológica ancora-se em um constituinte do texto que é sempre subordinado pelo constituinte seguinte. O estatuto de subordinado (s) ou de principal (p) que caracteriza cada um dos constituintes dessa intervenção corresponde à importância de cada um deles para a construção de sentidos do texto. Assim, considera-se que a informação trazida por um constituinte principal é mais importante para a compreensão do texto do que aquela trazida por um constituinte subordinado (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Com base nesse critério, o ESTADO INICIAL se ancora em um constituinte do texto que é subordinado às demais fases da sequência. Esse estatuto de subordinado do constituinte formado pelos atos (01-06) reflete o papel do ESTADO INICIAL nessa sequência narrativa: apresentar o fato que vai desencadear as demais fases. Da mesma maneira, o As(07), em que a COMPLICAÇÃO se manifesta, é subordinado pelo Ap(08), onde se manifesta a REAÇÃO. Por meio desse processo de subordinadas retroativas, chega-se à Ip(09-10), o qual carrega a informação correspondente à RESOLUÇÃO da sequência.

² A categorização de porções textuais por meio de expressões anafóricas recebe variadas denominações: sumarização, encapsulamento, rotulação, e acontece sempre que “um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”, porção que “pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença)” (CONTE, 2003, p. 178).

Conforme a macro-estrutura acima, a intervenção que traz a RESOLUÇÃO é a mais importante, porque apresenta a última fase da cadeia de acontecimentos esquematizada na estrutura praxeológica dessa sequência narrativa.

A outra sequência narrativa, aquela que compreende os atos (38-43), se caracteriza pela seguinte estrutura praxeológica:

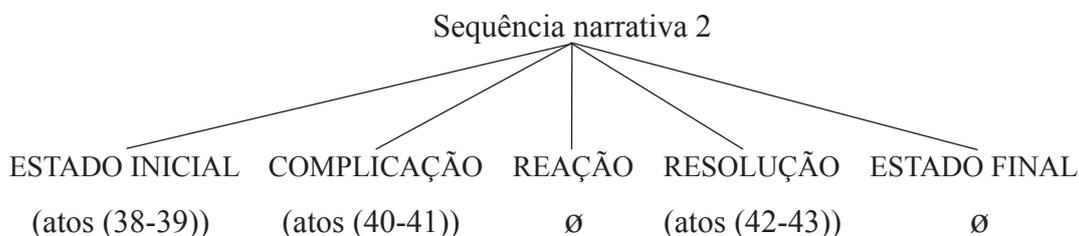


Figura 4: estrutura praxeológica da sequência 2

Nos atos (38-39), o autor apresenta a ação e os agentes que a praticaram (ESTADO INICIAL): petistas tentaram criar uma CPI. A finalidade da CPI (investigar ministros do governo tucano) constitui a COMPLICAÇÃO dessa sequência narrativa, porque introduz novos personagens (os ministros tucanos), com os quais os personagens trazidos no ESTADO INICIAL (os petistas) vão estabelecer uma relação de antagonismo. Sem trazer qualquer REAÇÃO, o autor passa diretamente da COMPLICAÇÃO à RESOLUÇÃO, informando o resultado da CPI: “Alguns [ministros] foram obrigados a restituir dinheiro à União e outros respondem a processo até hoje”. Embora o texto não traga explicitamente uma REAÇÃO, essa fase pode ser inferida. No ato (38), é dito que os petistas *tentaram* criar uma CPI. Já nos atos (42-43), é apresentada a punição recebida pelos ministros. A punição permite inferir que a tentativa dos petistas foi bem-sucedida e que a CPI foi criada. Essa inferência constitui a REAÇÃO, informação que, apesar de estar implícita, é necessária para a compreensão do texto.

Assim como a sequência apresentada anteriormente, essa sequência não possui ESTADO FINAL e carece, portanto, de um desfecho. Esse desfecho também pode ser inferido, mas somente quando se leva em consideração o contexto imediato, o que será feito no próximo item deste artigo.

Antes, porém, é necessário verificar a macro-estrutura hierárquica em que essa história se manifesta.

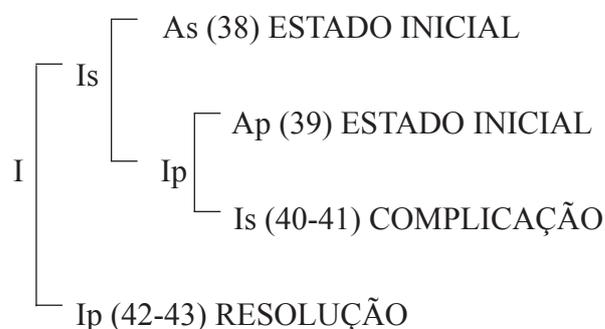


Figura 5: estrutura hierárquica da sequência 2

A macro-estrutura acima, assim como a da sequência estudada anteriormente, caracteriza-se por uma lógica de subordinações retroativas. Embora o ato (39), integrante da

intervenção em que o ESTADO INICIAL se ancora, traga uma informação que é principal em relação àquelas trazidas na COMPLICAÇÃO, a última fase da sequência, a RESOLUÇÃO, subordina o constituinte onde se ancoram todas as fases anteriores. Dessa forma, a punição recebida pelos ministros tucanos (RESOLUÇÃO) é a informação mais importante dessa sequência, porque constitui o resultado de um processo que teve início com a tentativa de abertura de CPI pelos petistas.

Forma de organização composicional

A forma de organização composicional tem por objetivo dinamizar a análise estática oferecida pela forma de organização sequencial, levando em consideração propriedades das sequências discursivas que escapam ao alcance de uma análise centrada na delimitação das sequências. Uma dessas propriedades diz respeito às relações de discurso que se estabelecem entre as sequências de uma dada produção linguageira e, conseqüentemente, às funções que essas sequências exercem no interior no texto. Em outras palavras, um dos objetivos da forma de organização composicional é estudar as configurações macro-textuais em que as sequências discursivas se articulam. Para isso, é necessário combinar a análise sequencial com o estudo da forma de organização relacional, a qual será descrita de maneira sucinta a seguir.

No modelo modular, a forma de organização relacional busca, basicamente, identificar as relações interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva.³

A identificação das relações interativas genéricas se baseia numa lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialógico como monológico (ROULET, 2006). Nessa forma de organização, distinguem-se oito categorias genéricas de relações interativas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação. O estabelecimento das categorias genéricas de relações interativas se justifica pelo fato de que o locutor, ao produzir intervenções complexas, pode introduzir argumentos para reforçar um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, fazer comentários sobre partes de seu texto, reformular ideias, tornando-as mais claras para seu interlocutor, enumerar os sucessivos eventos de uma narração, etc.

Para verificar a função que as sequências narrativas em estudo estabelecem em relação ao cotexto imediato, reproduzo em itálico a sequência narrativa, acrescentando a parte do cotexto que interessa analisar. A seguir, trato da sequência que corresponde aos atos (01-10).

(03) *(01) Em julho do ano passado, (02) Luís Cláudio, filho do presidente Lula, e um grupo de catorze amigos paulistas passaram as férias em Brasília. (03) Hospedaram-se no Palácio da Alvorada, (04) fizeram churrasco na Granja do Torto, (05) passearam de lancha no Lago Paranoá (06) e conheceram os principais gabinetes do Palácio do Planalto. (07) O episódio veio à tona na semana passada, em fotos divulgadas na internet pelos próprios garotos, (08) e causou polêmica. (09) A oposição prometeu abrir uma investigação (10) e pedir a devolução de todo o dinheiro oficial gasto na estada brasiliense dos jovens.*

³ A memória discursiva, segundo Berrendoner (1983, p. 230), diz respeito ao “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” e é alimentada tanto pelos acontecimentos extralinguísticos como pelas enunciações sucessivas que constituem o discurso.

(11) Há uma boa dose de exagero nessa reação. (12) Durante o mandato, (13) o Palácio da Alvorada é a casa do presidente. (14) É seu “lar”, (15) para usar uma palavra de conotações mais fortes. (16) Não existem impedimentos legais para ele receber as visitas que desejar ali, (17) ainda que sejam amigos do filho.

O segmento que segue a sequência narrativa constitui uma sequência deliberativa (ou argumentativa), em que o autor defende a hospedagem do filho de Lula e de seus amigos no Palácio da Alvorada. Ao combinar a análise sequencial com a estrutura resultante do estudo da forma de organização relacional, obtemos o seguinte esquema:

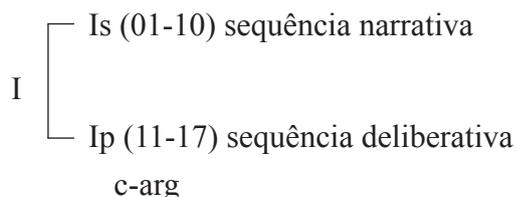


Figura 6: macro-estrutura hierárquica da sequência 1

Por meio da estrutura acima, torna-se evidente que o autor trouxe a sequência narrativa com o fim de apresentar logo em seguida o seu ponto de vista. Expresso na sequência deliberativa formada pelos atos (11-17), o ponto de vista do jornalista se opõe à atitude da oposição tucana, considerada excessiva ou exagerada. As férias do filho de Lula e de seus amigos provocaram uma reação indignada da oposição (Is 01-10). Entretanto, como o Palácio da Alvorada, segundo o autor, é a casa do presidente, ele pode receber nessa residência quem desejar (Ip 11-17).

A relação de contra-argumento que se estabelece entre a sequência narrativa e a sequência deliberativa com que faz fronteira só se torna perceptível, quando se combinam o estudo da análise sequencial e o estudo das relações de discurso. A existência dessa relação de contra-argumento se confirma com a inserção do conector “mas” entre as duas sequências: “[...] (09) A oposição prometeu abrir uma investigação (10) e pedir a devolução de todo o dinheiro oficial gasto na estada brasileira dos jovens. **MAS** (11) Há uma boa dose de exagero nessa reação [...]”.

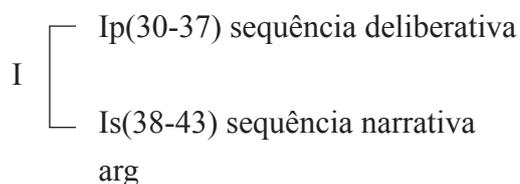
Abaixo, reproduzido em itálico a segunda sequência narrativa e acrescento seu contexto imediato.

(04) (30) Se as reclamações sobre a farra juvenil em Brasília têm onde se apoiar, (31) é no uso de um avião e de uma lancha com bandeira oficial. (32) Esses veículos circulam segundo regras estritas, (33) e não deveriam ter sido usados para divertir a patota de Luís Cláudio. (34) “Que os filhos do presidente convidem os amiguinhos para dormir em casa ou nadar na piscina tudo bem. (35) Usar avião da FAB para transportar todo mundo é contra a lei”, (36) diz o cientista político David Fleischer, da Universidade de Brasília. (37) O uso do avião e da lancha representa, no mínimo, uma contradição.

(38) Em 1999, (39) os petistas tentaram criar uma comissão parlamentar de inquérito (40) para investigar os ministros do governo tucano que usaram jatinhos oficiais (41) para passar férias na praia. (42) Alguns foram obrigados a restituir dinheiro à União (43) e outros respondem a processo até hoje.

O segmento que antecede a sequência narrativa constitui uma sequência deliberativa, em que o autor traz a sua opinião acerca do uso de veículos oficiais pelo filho de Lula e

seus amigos. A relação de discurso que se estabelece entre essas duas seqüências pode ser visualizada no esquema abaixo:



A estrutura acima evidencia que a seqüência narrativa funciona como um argumento para se defender uma ideia apresentada anteriormente pelo autor. Os petistas criaram uma CPI para punir ministros tucanos que usaram jatinhos oficiais para passar as férias na praia (Is (38-43)). Portanto, de acordo com autor, é contraditório que agora, depois de assumirem o poder, os petistas (ou seus parentes) utilizem veículos oficiais nas suas férias (Ip (30-37)). Essa interpretação se confirma com a inserção do conector “porque” entre as seqüências: “[...] (37) O uso do avião e da lancha representa, no mínimo, uma contradição. **PORQUE** (38) Em 1999, (39) os petistas tentaram criar uma comissão parlamentar de inquérito (40) para investigar os ministros do governo tucano que usaram jatinhos oficiais (41) para passar férias na praia [...]”.

Como foi dito no item anterior, a seqüência narrativa formada pelos atos (38-43) não traz explicitamente um ESTADO FINAL, mas essa fase pode ser inferida com base no cotexto imediato. O cotexto informa que o filho de Lula usou veículos oficiais em suas férias. Já a seqüência narrativa informa que os petistas condenaram ministros tucanos que usaram veículos oficiais em suas férias. A conclusão que a leitura das duas seqüências mais fortemente implica é: “Portanto, os petistas não deveriam praticar os atos que condenavam quando ainda eram oposição, nem deveriam permitir que seus parentes praticassem esses atos”. Essa informação, espécie de “moral da história”, constitui o ESTADO FINAL da seqüência narrativa.

Considerações finais

A análise proposta procurou descrever o processo de articulação de seqüências narrativas no interior de uma reportagem do jornalismo político. Adotando as concepções teórico-metodológicas do Modelo de Análise Modular, buscamos verificar as configurações macro-textuais em que as seqüências se articulam, para descrever a natureza das relações de discurso que se estabelecem entre as seqüências narrativas e outras seqüências, explicitando, conseqüentemente, as funções que essas seqüências narrativas exercem no interior no texto.

Após o estudo da forma de organização sequencial, em que dois segmentos foram definidos como seqüências narrativas, procedemos ao estudo da forma de organização composicional. Por meio desse estudo, foram extraídas importantes propriedades das seqüências narrativas, propriedades que não poderiam ser percebidas, se a análise permanecesse no nível sequencial. Ao combinar diferentes níveis do discurso (o das seqüências discursivas e o das relações de discurso), foi possível identificar as funções que as seqüências narrativas estudadas exercem em relação ao seu cotexto imediato. Enquanto a primeira seqüência narrativa permitiu ao autor introduzir o seu ponto de vista, a segunda seqüência funcionou como um argumento, com o qual o autor procurou defender uma

ideia. Além disso, a relação que se estabelece entre a segunda sequência estudada e a sequência deliberativa com que faz fronteira permitiu inferir o seu ESTADO FINAL.

Desse modo, a combinação de planos específicos da organização discursiva, no interior da forma de organização composicional, permitiu evidenciar a importância que as sequências narrativas assumem na construção de reportagens do jornalismo político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 5, p. 215-246, 1983.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CUNHA, G. X. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K.; RUFINO, J. A.; BAPTISTA, M. R. (Orgs.) *Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos*. Barbacena: EdUEMG, 2009. p. 81-95.

FILLIETTAZ, L. Formes narratives et enjeux praxéologiques. Quelques remarques sur les fonctions du *raconter* em contexte transactionnel. In: VINCENT, D.; BRES, J. (Eds.) *Le discours oral conversationnel, Revue québécoise de linguistique*. v. 29. Montreal: Université du Québec, 2001. p. 122-153.

FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. L'hétérogénéité compositionnelle du discours: quelques remarques préliminaires. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 21, p. 213-259, 1999.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Orgs.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

ROULET, E. Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. *Cahiers de linguistique française*, Genebra, v. 12, p. 53-81, 1991.

_____. *La description de l'organisation du discours*. Du dialogue au texte. Paris: Didier, 1999.

_____. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K. (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001.